
Requalificação Urbana: Os cidadãos perante os poderes económico e político no *Polis* de Viana do Castelo

Margarida Torres*, Susana Silva** e Manuel Carlos Silva***

1. Introdução

A cidade foi e é ainda frequentemente vista como um espaço capaz de potenciar oportunidades de vida e expectativas da população, expressas em torno de conceitos tais como progresso, desenvolvimento e modernidade¹. Mas é também na cidade que se agudizam e cristalizam problemas como desigualdades territoriais, económicas e sociais e outros fenómenos daí derivados tais como a criminalidade, a droga, o esvaziamento da função residencial, o tráfego automóvel e o ruído, situações que caracterizam o ambiente urbano e apelam à intervenção quer dos poderes nacionais e locais, quer dos cidadãos.

A questão urbana, sobretudo no que concerne à consciencialização geral dos efeitos negativos que alguns modelos socio-espaciais trouxeram à cidade e aos modos de vida urbana, tem assumido um elevado destaque face à necessidade de se encetarem estratégias sustentáveis, onde a paisagem física e o ambiente possam e devam ser pensados como um património e um recurso fundamental para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a sobrevivência da humanidade.

As transformações económico-sociais e de ocupação do território verificadas nas últimas décadas em Portugal têm imprimido novas formas de reflexão acerca da importância estratégica e das funções dos aglomerados urbanos, de tal modo que o ambiente e o ordenamento do território emergem, hoje, como duas componentes essenciais à vida urbana, que obrigam a repensar as políticas de gestão da cidade numa lógica de produção e distribuição de espaço, se se pretende assegurar um desenvolvimento sustentável, combinando produtividade, equilíbrio ambiental e equidade social.

A procura desta sustentabilidade tem-se materializado em programas de planeamento e requalificação urbana de intervenção estatal (embora com recurso a parcerias com o poder local e com privados), que não só pretendem revitalizar os centros urbanos, como também promover o desenvolvimento das regiões consideradas periféricas, numa real ou alegada tentativa de corrigir assimetrias e promover a qualidade de vida dos cidadãos, como foi arquitectado em torno dos Programas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis).²

No entanto, é fundamental que estas novas políticas urbanas tenham em conta que cada cidade tem uma cultura e identidade próprias, que resultam do modo como os indivíduos e sobretudo os grupos sociais vivem, identificam e apreendem os seus diferentes espaços, o que pressupõe, desde logo, o envolvimento de todos os actores sociais. Aliás, os problemas ambientais exigem, para além de políticas urbanas sustentáveis, a alteração de comportamentos e a emergência de novas práticas sociais, que assumam como condição *sine qua non* a participação activa de todos os actores sociais nos processos de decisão individuais e colectivos.

* Socióloga, Câmara Municipal de Viana do Castelo. E-mail: cidadesaudavel@mail.cm-viana-castelo.pt

** Socióloga, Bolseira, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: smrds@sapo.pt

*** Sociólogo, ICS, Universidade do Minho. E-mail: mcsilva@ics.uminho.pt

¹ Este texto em co-autoria pôde beneficiar, em termos empíricos, dos dados recolhidos e tratados por Margarida Silva na sua dissertação de Mestrado orientada por Manuel Carlos e concluída em 2002, assim como do relatório do terceiro autor sobre Sociologia Rural e Urbana em concurso para professor associado.

² Programa aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros, nº 26/2000, de 15 de Maio

A este respeito consideramos pertinente trazer à reflexão o estudo de caso da *Polis* de Viana do Castelo³, com dois objectivos centrais: (i) apreender o modo como os conceitos associados ao *Polis* são socialmente construídos e apropriados em termos políticos e ideológicos pelas instituições dominantes em Viana do Castelo e as respectivas repercussões para a vida quotidiana dos cidadãos; e (ii) compreender até que ponto os habitantes desta cidade são ou não – e em que medida – participantes activos na aplicação do referido Programa.

Neste quadro as duas questões nucleares subjacentes neste texto consistem em saber (i) em que medida os vianenses têm participado, de modo efectivo, neste processo ou, não possuindo eles os instrumentos necessários para tal, se têm alheado ou distanciado, acabando por delegar nas instituições dominantes a responsabilidade pela gestão da cidade; (ii) em que medida as instituições dominantes estiveram e/ou estão dispostas a aceitar e a partilhar com a população os poderes de decisão e gestão sobre a cidade, de modo a chegar a soluções consensuais ou, pelo menos, com uma base social de apoio largamente maioritária, ou apenas aceitam a intervenção do público de modo limitado e apenas para mero cumprimento de formalidades legais?

Antes, porém, de procurar responder a estas questões, consideramos pertinente fazer uma breve exposição de algumas ideias-chave inerentes aos diversos modelos de cidade.

2. Modelos teóricos de cidade

Os discursos sobre a cidade e os diversos conceitos desenvolvidos reflectem as múltiplas dimensões que a tornam, em relação a outras realidades, uma realidade com características ora comuns, ora específicas ou até únicas. Assim, tendo em consideração a revisitação sintética de M.C.Silva (2001) acerca dos diferentes modelos sociológicos de cidade, procuramos aqui enfatizar os respectivos elementos relativos à análise das vivências e das lógicas de apropriação e utilização do espaço urbano:

(i) a visão plural bio-ecológica e cultural da cidade, defendida pelos pioneiros da Escola de Chicago (Park 1987, Wirth 1987), apostados em salientar a especificidade do urbano, coloca o acento tónico nos factores de ordem geográfica e cultural, os quais explicariam os comportamentos dos habitantes da cidade. A cidade, à semelhança do meio físico na vida vegetal e animal, selecciona e discrimina os indivíduos que mais se adaptam ao território urbano, já que, na opinião de Park (1987), a cidade é produto de um conjunto de processos de competição e conflitualidade, dominação e assimilação por parte dos membros da população na sua relação com a tecnologia e o meio ambiente. Para esta visão de cidade contribuiu grandemente Simmel (1979), para quem a vida na cidade é caracterizada pelo anonimato, pela individualização e pelas distâncias sociais, ao mesmo tempo que o anonimato possibilita ao cidadão alhear-se no espaço público e ter autonomia no espaço privado. Esta maneira de ser urbano – indiferente, distanciado, pouco participativo – pode conduzir ora à alienação, ora à singularidade e criatividade individuais.

(ii) a perspectiva (neo)weberiana (cf. Weber 1987, Ledrut 1968), segundo a qual a cidade, embora susceptível de ser abordada de vários ângulos – geográfico, económico, político-organizacional –, é sob esta última óptica que as configurações urbanas devem ser analisadas. Ao contrário dos autores da Escola de Chicago preocupados com a integração e a reorganização das populações de forma a evitar a desorganização social, esta corrente coloca a ênfase nos problemas do poder e da gestão do sistema urbano, em que o Estado e a municipalidade, seus

³As principais técnicas utilizadas na recolha de dados foram a observação participante, o inquérito por questionário e a pesquisa documental. Destacamos como informantes privilegiados alguns membros da sociedade Viana Polis, AS, o Administrador da Quartenaire **Portugal**, alguns técnicos da Câmara Municipal ligados ao planeamento urbano e representantes e/ou membros não só do partido político no poder autárquico, como na oposição. A amostra foi constituída por pessoas de maior idade e com residência permanente nas cinco freguesias do perímetro urbano da cidade de Viana do Castelo ou que, residindo com carácter permanente noutras freguesias do concelho, aí trabalham diariamente.

decisores e técnicos, para além dos agentes económicos, são vistos como os principais protagonistas do planeamento urbano, o que comporta consigo clivagens e conflitos em torno dos centros de decisão política e administrativa.

(iii) a visão neomarxista (Marx 1974, Castells 1982, Lefebvre 1972) que vê a cidade e as práticas sociais urbanas como resultantes da combinação de determinados modos de produção e reprodução, nos quais um deles é predominante, das classes presentes em cada configuração urbana, bem como dos seus agentes, a nível da produção e da circulação. Para Marx (1974), a cidade é o lugar por excelência da luta de classes, sendo simultaneamente o local de expansão da burguesia e o espaço de formação do proletariado, em que as contradições sociais entre as diferentes classes assentam na divisão do trabalho. Não obstante a burguesia ter protagonizado uma revolução extraordinária no espaço urbano, ela favoreceu a desordem urbanística e a miséria social das classes trabalhadoras, bem como a criação de proletários desenraizados e explorados. Deste modo, o espaço urbano é teorizado a partir da estrutura social e económica, sendo a produção, o consumo, o intercâmbio e a gestão processos dessa estrutura.

(iv) a perspectiva dos modos de vida, marcante sobretudo a partir dos anos oitenta, em que se destacam autores centrados na sociologia do quotidiano tais como Godard (1977), Pinçon (1978), Noel (1979) e, em Portugal, Pais (1986) e Guerra (1993). Esta visão tende, senão a abandonar, pelo menos a relativizar o interesse das visões macro-urbanas nas políticas urbanas e incidir o interesse de pesquisa nos aspectos micro-sociais, sem que isso signifique a construção de um corpo teórico homogéneo e sólido, sendo mais a agregação de várias perspectivas críticas das etapas e correntes anteriores

A abordagem que metodologicamente nos parece mais adequada para 'dissecar' a compreensão dos fenómenos urbanos e do próprio planeamento urbano consistirá em articular três níveis de análise: socio-estrutural, organizacional e interactivo, de resto defendidos por autores de diversos quadrantes teóricos desde Luhmann (1982) até Bourdieu (1980), Giddens (1984), Bader e Benschop (1988). Tal não significa que os diferentes patamares analíticos devam ser entendidos de modo eclético e aleatório, mas que a sua importância e prioridade deverão ser aferidas, aplicadas e avaliadas, tomando como ponto de partida explicativo prioritário o mais elevado grau de abstracção e abrangência, ou seja, desde o socio-estrutural, passando pelo organizacional, até ao interaccional.

3. Programa *Polis*: Objectivos e intervenções

O principal objectivo geral do Programa *Polis* consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, aumentando a atractividade e a competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. Mais especificamente, este Programa pretende: i) desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental; ii) desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros; iii) apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa e iv) apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos⁴.

No que se refere à cidade de Viana do Castelo, a intervenção prevista consiste na ligação dos quatro ecossistemas – montanha, mar, rio e cidade -, incidindo em toda a frente ribeirinha até à Ponte Eiffel e, pontualmente, no Campo da Agonia e na área do Mercado. No Centro Histórico estão previstas intervenções no espaço público, nomeadamente a criação de dois novos eixos pedonais e arranjos paisagísticos de jardins.

O Programa *Polis* parece surgir como continuidade do processo iniciado pela Autarquia ao nível da requalificação urbana e ambiental da cidade com a aprovação do Plano Estratégico

⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 26/200, de 15 de Maio.

da Cidade em 1995 e o Plano de Urbanização da Cidade em Agosto de 1999 e inspira-se, segundo os discursos institucionais, no “*empenhamento e nas iniciativas dos vianenses, constituindo a oportunidade fulcral para o aproveitamento das potencialidades naturais, urbanas e institucionais existentes na cidade*”⁵.

A maioria dos inquiridos (43,8%) definiu o *Polis* como um programa de requalificação urbana; 24,7% enquanto um conjunto de acções que visa a melhoria a qualidade de vida das cidades em todas as vertentes; e 7,9% como um programa para o desenvolvimento das cidades. Para 5,6% dos inquiridos o *Polis* é um investimento de que a cidade precisa; 4,5% dizem que é o meio pelo qual se pode e deve corrigir as assimetrias da cidade; 3,4% consideram que o *Polis* é um programa de modernização da cidade; e 3,4% dizem que é um programa para melhorar algumas zonas da cidade e torná-las mais atractivas.

Atentas estas respostas, não se poderá dizer que os inquiridos desconhecem o âmbito geral do programa, já que a requalificação urbana, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida são conceitos que aparecem, em termos amplos, como objectivos do *Polis*. Isto poderá levar-nos a pensar que, não havendo documentos ou publicações, para além da Resolução do Conselho de Ministros que o aprovou, houve grande preocupação na divulgação do Programa *Polis* através de campanhas levadas a cabo pela autarquia e pela Sociedade *VianaPolis*⁶. O seu lançamento em Viana do Castelo, realizado a 5 de Junho de 2000, contou com a presença do então Primeiro Ministro, Eng. António Guterres, e de um conjunto de animação na cidade, que visava, desde logo, apelar à atenção da população. Ao mesmo tempo, a imprensa local foi projectando e lançando ideias sobre o assunto. A própria *VianaPolis* publica regularmente diversos documentos, onde constam as várias intervenções propostas, pretendendo com esta atitude minimizar as reacções negativas ou polémicas que eventualmente possam advir com a execução de algumas intervenções e que as pessoas estejam mais receptivas às mudanças resultantes destas mesmas intervenções.

Toda esta divulgação em torno do *Polis* significa, por um lado, o apelo ao conhecimento da população, de forma a que esta, embora de modo dirigido, possa participar nos processos de intervenção de forma positiva, e, por outro, quem tem o poder de decisão pretende demonstrar que, vivendo num Estado de direito democrático, se está a agir de forma transparente e aberta a críticas e até a novas propostas ou alternativas. Mais, pretende-se criar a ideia de que os vianenses estão motivados e interessados em se apropriar dos conceitos associados ao *Polis*, tais como a qualidade de vida, o ambiente e o desenvolvimento, criando assim um elevado grau de expectativas positivas que potenciam a sua aceitação e a sua participação sem criar grandes entraves.

Independentemente dos aspectos e intervenções positivas, é demais evidente que as discussões e actuações políticas visavam a reprodução e o reforço dos poderes municipal e governamental de então, constituindo a *VianaPolis* um veículo privilegiado de difusão e de promoção da própria retórica política e ideológica junto dos cidadãos. É de notar a apropriação, por parte dos cidadãos, do discurso político e ideológico dominante, assente sobretudo na promoção de uma imagem da cidade de Viana do Castelo como bela e com qualidade de vida, ainda que com necessidade de reforçar as intervenções em determinadas áreas geo-habitacionais e de lazer.

4. A participação dos cidadãos e a gestão do *Polis* de Viana do Castelo

Tratando-se agora de uma dimensão da participação que pretende ser mais activa, já que se trata da gestão da cidade, onde se cruza uma diversidade de interesses (económicos, políticos, sociais), procuramos saber quais as expectativas dos inquiridos face à participação dos vianenses no debate e nas discussões sobre as intervenções do *Polis*. Constatamos que 95,8% consideram importante a participação e apenas 4,2% dos inquiridos acha que não. A questão

⁵ Texto publicado numa brochura da Viana Polis.

⁶ Empresa que tem a cargo a execução do *Polis* em Viana do Castelo.

consistirá assim em analisar e compreender os contornos do tipo de participação que é defendida pelos inquiridos, ou seja, com que bases e em que condições é que estes entendem que os cidadãos devem participar.

No que se refere às questões da cidade relacionadas com alguns processos de tomada de decisão por parte dos órgãos do poder, que, em princípio, implicariam o envolvimento de todos os cidadãos, reclamar-se-ia uma participação mais activa dos mesmos. O que aqui se pretende averiguar é em que medida os recursos e as condições necessários para efectivar esta participação estão ou não presentes nos inquiridos e na gestão política desta cidade.

Partindo do pressuposto teórico de que a participação pública exige, para além da vontade do exercício da cidadania, a detenção de determinados conhecimentos e o acesso igualitário à informação, será que estes elementos estão presentes nos vianenses no que concerne ao *Polis*, de forma a facultar a respectiva participação?

Ao nível da gestão urbana, os instrumentos jurídicos que asseguram o direito à participação dos interessados e o dever da Administração na materialização desse direito⁷ prevêem a possibilidade da participação, desde a recolha inicial de sugestões e informações dos interessados até à discussão pública das propostas de plano, com ponderação e divulgação do resultado antes da elaboração da versão definitiva.

No que concerne ao *Polis* de Viana, soubemos que o primeiro plano a ser apresentado à discussão pública foi o Plano de Pormenor do Centro Histórico (PPCHVC). No dia 9 de Julho de 2001, data marcada para a apresentação deste plano, realizaram-se alguns eventos sociais, destinados a um público-alvo específico, escolhido pela Câmara e pela *Viana Polis* e que contou com a presença do então Ministro do Ambiente, o Eng. José Sócrates, para a respectiva sessão de abertura. Esta sessão foi aberta à imprensa e à população, mas apenas assistiram os convidados e a imprensa. Saliente-se que esta sessão pública se realizou numa sexta-feira, às dez horas da manhã, impossibilitando, logo à partida, a participação na mesma da população trabalhadora.

O discurso do Ministro assentou sobretudo no enaltecimento das virtualidades do *Polis*, que possibilitaria a concretização das novas políticas da cidade, cuja intervenção requalificadora, sem perda de carácter nem identidade, contribuiria para o êxito económico do país, uma vez que tal asseguraria a competitividade das cidades e num apelo ao envolvimento da comunidade e à participação pública, apresentando-a como um valor nobre ao qual todos os cidadãos deveriam aderir e que seria fundamental para a escolha das alternativas: “*a luta pela cidade é um dever e a cidade vive da democracia e da participação*” Este discurso político, que propagandeia ideias como uma “*opinião pública amadurecida*” e o “*envolvimento da comunidade*”, contextualizadas no apelo à participação pública, traduz mais uma vez a forma como tais conceitos são utilizados e apropriados pelo poder político para legitimar as suas próprias opções, tomadas de forma unilateral. Mais, torna clara a estratégia política de escamotear os entraves à participação e a escassez de recursos detidos pelos cidadãos para poder ver concretizadas as suas vontades, conforme se vê neste trabalho.

A discussão pública propriamente dita deste Plano de Pormenor iniciou-se em 11 de Julho de 2001 com a abertura de quatro postos de informação em locais que, à partida, possibilitariam o acesso a todos os cidadãos: Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Monserrate, Junta de Freguesia de Sta. Maria Maior e sede da *VianaPolis* e onde foram colocados à disposição da população impressos próprios para as possíveis reclamações ou propostas. Os avisos da abertura⁸ da discussão pública foram publicados no *Diário da República* e na imprensa nacional e local, como impõe a legislação em vigor.

⁷ Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.

⁸ Embora o período de discussão pública previsto na lei seja de 30 dias e estes avisos tenham sido publicados em 31 de Julho e 1 de Agosto, indicando o início da discussão no dia 22 de Agosto, a *Polis*, na prática, procedeu à abertura da discussão em 11 de Julho e prolongou-a até ao fim do mês de Setembro.

Por informação da funcionária do posto de consulta *Polis* a funcionar na Câmara Municipal, soubemos que a maior afluência da população a este posto verificou-se durante o mês de Julho (data de início da discussão), tendo baixado bastante durante o mês de Agosto (mês de férias para largas camadas da população) e subiu ligeiramente em Setembro (último mês para discussão pública). O maior interesse manifestado pelos interessados dizia respeito a aspectos específicos do *Polis* e de interesse particular, como condições de construção e reabilitação de edifícios próprios, possíveis demolições, interesses imobiliários e interesses profissionais (arquitectos, engenheiros e advogados). Para além destes grupos profissionais, ainda assim acorreram a este posto algumas pessoas que, não estando interessadas em nenhum aspecto específico, manifestavam vontade de saber como ficaria a cidade com as intervenções do *Polis*.

Quanto aos inquiridos, 62,8% disseram que tinham tomado conhecimento da abertura da discussão pública do PPCHVC⁹ e 37,2% informaram que não tiveram conhecimento. Dos inquiridos que tomaram conhecimento da discussão pública deste Plano de Pormenor, 74,1% sabia onde consultar o plano e 25,9% desconhecia-o. Depreende-se destes resultados que, apesar da utilização de todos os mecanismos legais para divulgação da discussão pública e informação sobre a localização dos postos de informação, os objectivos da *VianaPolis* não foram totalmente alcançados, já que esta informação não atingiu uma grande parte dos inquiridos (37,2% e 25,9%, respectivamente). Pressupõe-se que esta situação poderá derivar não só do facto de a população se mostrar distante face às questões da gestão da cidade, como também da forma como esta divulgação e informação é feita (normalmente apenas através da imprensa local e nacional).

Enquanto 50,5% dos inquiridos consultaram este plano, 49,5% não o fizeram. Os factores que mais motivaram a consulta foram, para 50% dos inquiridos, o conhecimento, em termos gerais, das alterações que iria sofrer toda a zona do Centro Histórico. Alguns (12,5%) mostraram interesse em conhecer o impacto do *Polis* nalgumas zonas específicas, 8,3% as alterações da zona ribeirinha, 4,9% quiseram saber como irá ficar o Mercado Municipal e 4,2% o que irá ser construído no espaço físico a recuperar com a demolição do “Prédio Coutinho”. Note-se que apenas 6,3% dos inquiridos referem motivos de interesse privado (assuntos relacionados com residência própria) para a consulta do Plano de Pormenor. Porém, estamos em crer que o impacto do *Polis* em zonas específicas da cidade, as alterações da zona ribeirinha e mesmo a informação de carácter geral encobrem interesses particulares, pois a informação transmitida pelas funcionárias dos postos de consulta indica, como já atrás se referiu, que o interesse pessoal foi o motivo do maior número de consultas feitas pela população.

Nos postos de consulta *Polis* é possível não só consultar e pedir informações ou esclarecimentos acerca do mesmo, como também apresentar reclamações, sugestões ou propostas. Conforme informações recolhidas nestes postos, foram apresentadas 170 participações referentes ao PPCHVC, sendo que, destas, 67¹⁰ foram apresentadas por moradores do Prédio Coutinho e uma grande parte das restantes referiam-se ao Mercado Municipal e ao Largo Vasco da Gama.

É de salientar que das 170 reclamações e/ou sugestões apresentadas nos postos de informação relativamente ao PPCHVC (onde estão incluídas as de 67 dos moradores do prédio Coutinho, que não foram atendidas), apenas 11 sugestões foram atendidas na generalidade e 19 atendidas parcialmente, conforme consta do relatório da *VianaPolis*. Ora, sabendo, por um lado, que dos cerca de 300 moradores do Prédio Coutinho, 67 demonstraram a sua não concordância com o Plano e, por outro lado, sendo a zona do Centro Histórico a que vai usufruir do maior volume de intervenções do *Polis*, com estes resultados depreende-se que, efectivamente a

⁹ As questões colocadas referiam-se apenas a este Plano porque era o único em discussão na altura da distribuição do questionário.

¹⁰ Este número foi apurado por Margarida Silva em consulta às participações apresentadas. Só foram contabilizadas as participações dos moradores, embora houvesse participações de outros cidadãos não moradores no prédio, mas que comungavam da mesma opinião dos moradores.

participação não foi significativa. Tanto mais que estas sugestões levaram apenas a “*ligeiros ajustamentos na planta de implantação*”, o que significa que a proposta do plano se manteve tal como foi delineada pelas instituições dominantes.

O discurso político face a esta questão é de que tanto os moradores do prédio como os restantes intervenientes apenas estão a acautelar os seus interesses privados, o que é demonstrativo da mentalidade da população em geral e da população vianense em particular, que se alheia, talvez por desconhecimento e descrédito, de apresentar propostas válidas e altruístas em favor do bem comum¹¹, já que, segundo o presidente da Câmara, os argumentos apresentados são “*frágeis e incoerentes*”. Esta posição torna visível a apropriação política e ideológica das preocupações manifestadas pelos cidadãos, desvalorizando aspectos particulares dos mesmos em favor de um **alegado** “interesse público”. Ora esta posição abre caminhos a uma subjectividade na definição e na hierarquização dos critérios que pautam a distinção (socialmente construída) entre as “questões privadas” e as “questões públicas”, o que se torna suspeito quando a retórica política dominante advoga os seus próprios interesses como “questão pública”, enquanto os discursos dos cidadãos em geral não passam de “questões particulares”, sobretudo se contrárias à posição defendida pelos primeiros.

Quanto aos outros dois Planos de Pormenor – do Parque da cidade e da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia –, objecto de discussão posterior ao PPCHVC, verifica-se que a participação, quer nos debates públicos quer relativamente às reclamações e/ou sugestões escritas, foi ainda menor. De facto, apenas deram entrada nos postos de informação dezanove exposições relativas ao Plano de Pormenor do Parque da Cidade e vinte e sete ao Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia. Destas, quatro referentes ao primeiro foram atendidas parcialmente e quatro relativas ao segundo foram atendidas na totalidade, com base nas quais a *VianaPolis* procedeu a “*ligeiros ajustamentos nos elementos da Proposta de Plano*”.

No âmbito da vontade do exercício da cidadania, verifica-se que a grande maioria dos inquiridos (95,8%) considera importante a participação dos vianenses no debate acerca das intervenções do *Polis*. No entanto, quando se solicita aos inquiridos que classifiquem o seu grau de participação na gestão e organização da cidade, apenas 16,3% respondem que têm uma participação activa, enquanto 41,9% classificam-na como pouca e 41,9% dizem que não participam na gestão da cidade.

Esta discrepância entre as atitudes e os comportamentos dos inquiridos é visível também no quadro dos resultados apresentados sobre o recurso a associações ou movimentos sociais, a adesão à militância activa em partidos políticos e às funções de responsabilidade no Estado, onde verificamos que os inquiridos demonstram um elevado grau de apatia face a meios ao seu alcance que, eventualmente, poderiam contribuir para o seu envolvimento nas práticas de gestão da cidade, quer na dimensão da cultura e do lazer, quer na dimensão política.

Logo, a vontade do exercício da cidadania não só é considerada fundamental para os inquiridos, como também é por eles valorizada como muito importante; porém, este discurso esbarra com vários entraves quando se trata de o concretizar. Aliás, o fosso existente entre a valorização da participação e o auto-reconhecimento de índices de participação real bastante baixos remete-nos para a discussão de vários tópicos de análise, que, por sua vez, atestam uma perspectiva multicausal em torno dos mecanismos facilitadores ou impeditivos da participação, como sejam os valores e as ideologias, os interesses envolvidos e a própria posição de classe dos inquiridos.

Em termos globais, a percepção de uma ausência de participação percorre todos os grupos profissionais, com excepção dos trabalhadores qualificados por conta de outrem (33,3%) e os trabalhadores qualificados por conta própria (40%). Estes últimos são aliás aqueles que se auto-classificam como tendo uma maior participação activa (60%).

Para sabermos o que pensavam os inquiridos sobre o modo como é feita a gestão e organização da cidade, foi-lhes pedido que, numa escala de 1 a 7, em que o 1 representa a

¹¹ Opinião manifestada pelo Presidente da Câmara aquando da sessão da Assembleia Municipal que aprovou o PPCHVC.

gestão clientelar/autoritária e o 7 representa a gestão democrática/transparente, que assinalassem com um círculo o número que mais se aproximava da sua posição. Podemos constatar que a posição mais apontada pelos inquiridos situa-se no número 4 (34,3%), ou seja, no meio da escala, o que pode significar que a visão que possuem da gestão e organização da cidade não será muito transparente, mas também não é muito autoritária. Esta posição leva-nos a pressupor que também relativamente a este aspecto os inquiridos se mostram algo distantes e pouco críticos ou críticos passivos, optando por ficar na posição intermédia, o que poderá indiciar, por um lado, a ausência de conhecimento de como o poder funciona a nível local e, por outro lado, um elevado grau de distanciamento face ao poder político-partidário e/ou um elevado grau de satisfação com a forma como o poder político gere a cidade¹². Ora, esta situação funcionará como um obstáculo à participação.

Atentos estes resultados, verifica-se que, se por um lado, a população vianense em geral não manifestou vontade em participar activamente na gestão do Polis pelas razões já apontadas, por outro lado, fica demonstrada a impotência dos cidadãos que se mostraram interessados em participar, de influenciar as decisões dos actores dominantes: a maioria das exposições não foi atendida e não houve alterações significativas às propostas dos Planos.

Conclusão

Em termos globais, os vianenses evidenciam um baixo grau de participação na gestão da cidade e no *Polis*. De acordo com os cidadãos em geral, este fenómeno dever-se-á sobretudo à falta de motivação própria, que advirá do descrédito no poder político e da despossessão dos instrumentos por eles considerados necessários para a concretização das suas pretensões, dada a forma como é gerida politicamente a cidade (e, em última instância, o país). Esta situação é aliás ilustrada, entre outras, pelas conclusões dos Relatórios do *Viana Polis*, sobretudo em torno dos resultados obtidos em relação às discussões dos três Planos de Pormenor, donde se evidencia o elevado alheamento dos vianenses face à gestão da cidade e do Polis.

Torna-se assim visível uma contradição entre o apelo à participação dos cidadãos presente nos discursos políticos e a concretização efectiva desta mesma participação, uma vez que esta não só é globalmente baixa, como também se revela ineficaz nos poucos casos em que houve tentativas de participação, o que se traduz num sentimento de impotência frequentemente mencionado pelos cidadãos que, de alguma forma, pretenderam manifestar as suas opiniões acerca das decisões dos grupos dominantes. Este sentimento assume-se como um obstáculo à participação dos actores sociais, na medida em que estes não vêem a concretização dos seus esforços e das suas sugestões, tornando-se visível a forma como estes se encontram desprovidos dos recursos possibilitadores do acesso à efectivação dos mesmos.

A vontade e as decisões políticas mantêm-se assim praticamente intocáveis, independentemente dos potenciais contributos dos cidadãos, perpetuando-se as estratégias político-partidárias, que acabam por ser interiorizadas pela maioria dos cidadãos, que então delegam as responsabilidades da implementação do Programa *Polis* nas instituições políticas dominantes da cidade.

Todos sabemos que a participação pública, para além de ser um direito constitucionalmente consagrado, parece beneficiar de uma série de instituições e de legislação que permitem à população “colaborar” no governo e na gestão da “sua” cidade. Mas o facto de ser cada vez mais notória a movimentação social em torno da defesa de direitos e interesses específicos, sobretudo relacionados com projectos sobre a vida colectiva e respectivas implicações territoriais, ambientais e urbanas, isto não implica que todos os cidadãos participem efectivamente nos processos de tomada de decisão. A falta de conhecimentos acerca dos

¹² É de registar que a maioria dos inquiridos que consideram a gestão da cidade clientelar/autoritária afirmam que o PSD é o partido que melhor defenderia os seus interesses, enquanto os partidos de esquerda tendem a situar-se numa posição intermédia, com excepção dos inquiridos afectos ao PS, que classificam esta gestão como democrática/transparente.

problemas em debate, a ausência de vontade e de disponibilidade da Administração e dos poderes políticos locais para alterar decisões já tomadas e, ainda, a falta de motivação do público para participar, devido, em grande parte, a uma questão cultural e social aparecem como os principais entraves à participação (Jesus, 1996; Seixas, 2001: 118).

Bibliografia

- BADER, Veit e BENSCHOP (1988), *Ongelijkeden*, Groningen:Wolters-Noordhoff.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris:Minuit.
- CASTELLS, Manuel (1982), *La cuestión urbana*, Madrid:Siglo XXI
- FORTUNA, Carlos (org) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Stucturation*, Cambridge: Polity Press.
- GODARD, F. (1977), “Modes de vie espaces sociaux » in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol I (3) :112-141.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (org) (2000), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora.
- GUERRA, Isabel (1993), “Modos de vida: novos percursos e novos conceitos” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, XXI:59-74.
- GUERRA, Isabel, 2000, “Coesão Social e Regeneração Urbana”, in *Contributos para a Formatação de Novas Intervenções de Regeneração Urbana*, intervenções, workshop, Câmara Municipal do Porto: 61-82.
- JESUS, Júlio, 1996, “Consulta pública – experiência portuguesa”, in A. Lamas (org.), *Participação Pública e Planeamento: Prática da Democracia Ambiental*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento: 41-51.
- LEDROUT, Raymond (1968), *Sociologie Urbaine*, Paris:PUF
- LEFEBVRE, Henri, 1972, *O pensamento marxista e a cidade*, Lisboa, Ulisseia.
- LUHMANN, Niklas (1982), *The Differentiation of Society*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- MARX, Karl {1974(1867)}, *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- NOEL, Michel (1979), « Transformation des espace et modes de vie” in *Espaces et Sociétés*, 30-31:157-181.
- PAIS, José Machado (1986), “Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana” in *Análise Social*, vol. XXII (90):7-57.
- PARK, Robert (1987), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” in O. G. Velho (org) *O fenómeno urbano*:26-67, Rio de Janeiro:Guanabara.
- PEIXOTO, Paulo, 2000, “Gestão estratégica das imagens das cidades. Análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 99-121.
- PINÇON, Michel (1978) «Besoins et habitus – critique de la notion de besoin et theorie de la pratique», Paris: Centre de Sociologie Urbaine.
- SCHMIDT, Luísa, 2001, “Ciência, Ambiente e Risco”, *Contextos de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia: 45-53.

- SEIXAS, João Ferreira, 2000, “Considerações face às novas perspectivas de governação urbana”, in *Contributos para a Formação de Novas Intervenções de Regeneração Urbana*, intervenções, workshop, Câmara Municipal do Porto: 43-60.
- SILVA, Manuel Carlos (2001), “Dos modelos tradicionais a uma abordagem poliédrica da cidade” in Actas do Colóquio *Cidade e Cultura*, organizado pela APS (no prelo).
- SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida mental” in O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro:Guanabara.
- WEBER, Max (1987), “Conceito e categorias de cidade” in O. G.Velho (org), *O fenómeno urbano*: 68-89, Rio de Janeiro:Guanabara.
- WIRTH, Louis {1987 (1938)}, “O urbanismo como modo de vida” in O. G.Velho (org) *O fenómeno urbano*:90-113, Rio de Janeiro: Guanabara